

PASSAGENS PARA O NACIONAL: COMENTÁRIOS SOBRE *EVO- LUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL* DE CAIO PRADO JÚNIOR

Alexandre Manuel Esteves Rodrigues *

* Instituto de Educação / Fundação de Apoio à Escola Técnica (ISERJ/FAETEC), Brasil. E-mail: alexandrerodrigues2010@ig.com.br

Recibido: 2 febrero 2015 /Revisado: 5 junio 2015/ Aceptado: 15 octubre 2015 / Publicado: 15 febrero 2016

Resumo: Este trabalho procura discutir a obra de estreia do jovem historiador Caio Prado Júnior, intitulada *Evolução Política do Brasil* e publicada no ano de 1933, enfatizando o seu caráter inovador no sentido de promover uma interpretação marxista da história brasileira. A partir desse livro, Caio Prado vai consolidar uma tradição intelectual que marcará profundamente a historiografia, o pensamento social e a própria vida política brasileira. Essa abordagem marxista procura oferecer uma reflexão original do Brasil, compreendendo o processo e as condições necessárias para a passagem da colônia à nação.

Palavras-chave: História, Nação, Caio Prado Júnior.

Abstract: This paper aims to discuss the work of debut of the young historian Caio Prado Júnior, titled *Evolution Brazil Policy*, published in 1933, highlighting its innovative character to promote a Marxist interpretation of Brazilian history. From this book, Caio Prado will consolidate an intellectual tradition that profoundly mark the historiography, social thought and the very Brazilian political life. This Marxist approach aims to offer a unique reflection of Brazil, comprising the process and the necessary conditions for the transition from colony to nation.

Keywords: History, Nation, Caio Prado Júnior.

“Estes poemas são meus. É minha terra e é ainda mais do que ela. É qualquer homem ao meio-dia em qualquer praça. É a lanterna em qualquer estalagem, se ainda as há. - Há mortos? há mercados? Há doenças? É tudo meu. Ser explosivo, sem fronteiras. por que false mesquinhez me rasgaria?”
(Carlos Drummond de Andrade, *A rosa do povo*, 1945)

A obra de estreia do jovem historiador Caio Prado Júnior, intitulada *Evolução Política do Brasil*, cujo subtítulo da primeira edição, publicada no ano de 1933, é “ensaio de interpretação materialista da História do Brasil”, inicia-se alertando para a intenção do autor de procurar realizar uma “síntese da evolução política do Brasil e não traçar a sua história completa”. Entretanto, adverte, para realizar este último empreendimento, seria necessário um material que “em grande parte ainda está por constituir-se”, interessaria a um número reduzido leitores e, também, exigiria um “tempo considerável” que “o momento não comporta”¹.

Caio Prado tinha se formado em Direito e ingressado nas fileiras do Partido Democrático no mesmo ano de 1928. Buscava uma alternativa ao velho PRP (Partido Republicano Paulista) e, mais do que isso, à crise que viria a atingir a ordem oligárquica dominante na chamada República Velha, no final dos anos vinte dos nove-

¹ Prado Junior, Caio, *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1980, (12ª ed.), 9.

centos. Essa sua primeira experiência política inclui um episódio no qual deu um viva a Getúlio Vargas, em uma recepção ao candidato oficial das oligarquias dominantes Júlio Prestes, em São Paulo. Esse episódio lhe rendeu a sua primeira prisão.

Desencantando-se com o governo provisório de Getúlio e sem apoiar a propagada revolução constitucionalista de São Paulo, em 1932, na qual se encontravam correligionários de anos anteriores, vai dar um novo rumo para a sua trajetória ao ingressar no Partido Comunista em 1931. Essa mudança é enfatizada por Heitor Ferreira Lima da seguinte maneira:

“Comunista recente, Caio entregava-se à organização do proletariado, trabalhando nas organizações de base, em contato direto com o povo, adquirindo nova experiência, que lhe abriu nova perspectiva, numa extraordinária aventura humana.”²

Essa mudança de perspectiva reforça a necessidade de o autor polemizar com os historiadores “preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos”. Pode-se afirmar que o Caio Prado procura claramente se distinguir da história política tradicional, dita factual ou *événementielle*, e até mesmo polemizar com ela, que, aponta o autor, deixava de elucidar as causas mais profundas, isto é, “o que se passa no íntimo da nossa história”³.

A única exceção destacada no prefácio da primeira edição de *Evolução Política do Brasil* é Oliveira Vianna. Convém explicitar que esse destaque é feito devido à tentativa realizada pelo autor citado de análise sistemática da “nossa constituição econômica e social do passado”. Caio Prado avalia que a obra de Oliveira Vianna “– afora a inexatidão que nela se observa e que chega por vezes a grosseiras adulterações dos fatos – está ainda em seus primeiros passos”⁴.

Oliveira Vianna vinha se afirmando como um destacado intérprete do Brasil no decorrer da década de 20. Nesse período, ele publica o primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil, O Idealismo da Constituição, Pequenos estudos de psicologia social, Evolução do Povo Brasileiro e Ocaso do Império*, dentre outros. Em 1924, ele foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Tudo isso permite compreender a avaliação de Capistrano de Abreu de que Vianna “grassava no final da década de vinte”. Nos anos trinta, destaca-se a sua participação na formulação da política sindical e social implementada pelo Ministério do Trabalho na chamada “era Vargas”. Na década seguinte, a sua trajetória é marcada pela saída do Ministério do Trabalho e entrada para o Tribunal de Contas, permitindo a retomada de seus trabalhos analíticos da última fase.⁵

Não se tratava de travar um enfrentamento exclusivo com a obra em desenvolvimento de Oliveira Vianna, que acabou se tornando, inclusive, uma referência do pensamento nacionalista autoritário. Mas, procura demonstrar como também os “heróis e grandes feitos” são celebrados “na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial ...”⁶. É com essa “história oficial” que ele procura se confrontar.

Tendo em vista os propósitos anteriormente abordados, Caio Prado recorre a “um método relativamente novo”, uma interpretação materialista da história brasileira⁷. Esse aspecto “relativamente novo”, no que diz respeito à abordagem mais especificamente inspirada no marxismo para analisar a realidade nacional, levanta uma problemática relevante acerca da produção intelectual anterior à obra *Evolução Política do Brasil*.

Ao identificar Caio Prado Júnior como o fundador da interpretação marxista do Brasil, instituindo uma corrente que influencia não só a historiografia, mas também, o pensamento

² Lima, Heitor Ferreira, “Caio Prado e seu tempo”, in D’Incao, Maria Angela (org.), *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Brasiliense, 1989, 19.

³ Prado Junior, Caio, op. cit., 9.

⁴ Ibid., 9.

⁵ Cf. Carvalho, José Murilo de, *A Utopia de Oliveira Vianna* in: Idem, *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998, 202-231.

⁶ Prado Junior, Caio, op. cit., 10.

⁷ Ibid., 9.

brasileiro na sua interdisciplinaridade, Octávio Ianni atesta os limites existentes na obra dos precursores ou mesmo dos contemporâneos do referido autor:

“Em escritos de Euclides da Cunha, Lima Barreto, Antonio Picarolo, Octavio Brandão, Leonidas de Rezende, Castro Rebelo, Antonio dos Santos Figueiredo, Astrojildo Pereira e outros, há indícios e contribuições relacionados com o marxismo. Mas não havia uma proposta elaborada de interpretação do Brasil nos escritos desses autores, ou nos programas e análises de partidos, sindicatos e outras organizações. Eram apenas sugestões, fragmentos. E muitas vezes traíam uma transposição apressada, ou ingênua, de análises realizadas pelos clássicos do marxismo e seus seguidores mais notáveis”⁸.

Dentre os autores acima citados, Leandro Konder⁹ elucida, de maneira particular, a importância de Octávio Brandão com a obra *Agrarismo e Industrialismo* em função de sua circulação nos meios comunistas. Esse trabalho instituiu o dualismo agrarismo *versus* industrialismo e influenciou e maneira decisiva o 2º Congresso do PCB.

Agrarismo e industrialismo é uma obra que procura fazer uma análise da revolta tenentista ocorrida em São Paulo, em julho de 1924, desenvolvendo uma reflexão matizada sobre os desafios que aquela conjuntura colocava na luta de classes e as perspectivas políticas que poderiam ser vislumbradas pelo PCB. Baseando-se na referida concepção dualista agrarismo X industrialismo e supondo uma contradição entre o “capitalismo agrário semifeudal” e o “capitalismo industrial moderno”, acredita que esse segundo 5 de julho ou segunda revolta tenentista (a primeira revolta seria a dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrida em 5 de julho de 1922) apontava para a pequena burguesia urbana como um setor revolucionário da sociedade brasileira.

⁸ Ianni, Octávio, *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1992, 81.

⁹ Konder, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991, 23-24, e *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro, Campus, 1988, 144-148.

Neste momento, Octávio Brandão também analisa a crise do pacto oligárquico em uma de suas primeiras manifestações, questionando, assim, a vocação agrícola do Brasil, no contexto dos anos 20, e chocando-se frontalmente com as propostas do agrarista Oliveira Vianna, centradas na apologia das raízes agrárias. A defesa da chamada “teoria da revolução democrática pequeno-burguesa”, que deveria orientar uma “Terceira Revolta”, entendida como um desdobramento histórico do tenentismo, foi objeto de muitas discussões.

Não obstante os esforços analíticos e organizativos desenvolvidos pelos primeiros comunistas brasileiros, a inflexão stalinista atingiu em cheio o PCB e comprometeu o prosseguimento daquele processo em curso. A partir das formas de controle e intervenções promovidas nos partidos comunistas nos mais diversos países, o PCB chegou na terceira década dos noventa com o progressivo dismantelamento do seu primeiro núcleo dirigente.

Discutindo questões relativas a esse contexto, Leandro Konder afirma que

“Caio Prado Júnior, em 1933, realizou uma autêntica façanha, ao superar o obstáculo interno, constituído pelas graves insuficiências teóricas de seus predecessores brasileiros no campo da “interpretação materialista”, e ao escapar da pressão externa, decorrente da codificação oficial do “marxismo-leninismo”¹⁰.

É dessa perspectiva que a façanha da estreia de Caio Prado Júnior como escritor que se propõe a repensar a história e a política brasileira, com o livro *Evolução Política do Brasil*, permite integrá-lo a um contexto marcado por operações historiográficas e intelectuais de grande envergadura, tais como: *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicado também no ano de 1933, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936. É bastante significativo o surgimento de obras que se tornaram “clássicas” no decorrer da década de 1930.

¹⁰ Konder, Leandro. “A façanha de uma estreia” in D’Incao, Maria Angela (org.), *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Brasiliense, 1989, 139.

As diversas reedições em outras editoras, as influências e as discussões suscitadas por essas obras confirmam sua condição de clássicos da historiografia e ciências sociais no Brasil. Lembrando a caracterização de Jeffrey Alexander, elas consolidaram um “*status* privilegiado”, fazendo crer aos leitores críticos e especialistas que podem “aprender tanto com o estudo dessa obra antiga quanto com o estudo da obra de seus contemporâneos”.¹¹

O contexto que se demonstraria fundamental para a renovação do pensamento historiográfico e social brasileiro também merece alguns comentários. No conhecido artigo que relaciona a chamada “revolução de 1930” com um impulso renovador da vida cultural nacional, Antonio Cândido defende que o movimento de outubro foi, a um só tempo, “um eixo e um catalisador”. Um eixo em torno do qual permitiu atrair como catalisador os “fermentos de transformação” que vinham despontando na vida intelectual no decorrer da década anterior. Dessa maneira, “os anos 30 foram de engajamento político, religioso e social no campo da cultura”.¹²

Em outro texto, Antonio Cândido retoma o debate sobre a atmosfera de radicalização dos anos 1930 e contextualiza as contribuições inovadoras de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. De fato, esses autores, com suas primeiras obras, se inserem de maneira contundente em uma época de grande efervescência política e intelectual, situada entre o movimento político e militar de 1930 que conduz Getúlio Vargas ao governo central e a instalação da sua vertente autoritária, com o chamado Estado Novo.

Ainda que esteja se referindo ao livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, e não a *Evolução Política do Brasil*, o depoimento de Antônio Cândido é bastante representativo do impacto e do significado dos livros e seus autores para aquela geração:

¹¹ Cf. Alexander, Jeffrey C., “A importância dos clássicos” in Giddens, Anthony e Turner, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, 23-89.

¹² Cândido, Antonio, “A Revolução de 1930 e a cultura” in *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 4, Abril, 1984, 27-8.

“[...] *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. Ao lado de tais livros, a obra por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Viana já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais”¹³.

No livro *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, Carlos Guilherme Mota define o período da produção intelectual realizada entre os anos de 1933 a 1937 como sendo de “redescobrimto do Brasil”. As abordagens dos autores destacados surgem como inovação e, também, como evidente contraponto às formas de interpretação hegemônicas da realidade nacional. Dessa maneira, Carlos Guilherme Mota procura compreender como o “sopro de radicalismo intelectual” destacado por Antonio Cândido vai apontar para novos “pontos de partida”:

A Historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838) vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado. Esse momento é marcado pelas obras de Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Roberto Simonsen (1937).¹⁴

Um importante ponto de revisão e aprofundamento entre *Evolução Política do Brasil*, de 1933, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de

¹³ Holanda, Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1983, XI.

¹⁴ Mota, Carlos Guilherme, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Editora Ática, 1985, 28.

1942, diz respeito à caracterização do passado colonial. No livro *Evolução Política do Brasil*, Caio Prado Júnior afirma que “o regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal”¹⁵. Por outro lado, o texto de abertura de *Formação do Brasil Contemporâneo*, “Sentido da Colonização”, tornou-se um clássico à parte e é muito contundente ao afirmar que o processo de colonização dos trópicos “toma o aspecto de uma vasta empresa comercial”¹⁶. Por isso, não poderia haver traços ou resquícios feudais ou semif feudais na formação social capitalista brasileira, tal como aparece em uma caracterização não só ainda bastante presente nos documentos da IC e do PCB, consequentemente também com influência junto aos intelectuais comunistas nesse período.

De todo modo, o estudo pioneiro dedicado à evolução política brasileira constrói uma análise cujos traços fundamentais vale a pena expor, ainda que brevemente, tendo em vista sua relevância para uma interpretação mais profunda a partir do passado colonial brasileiro, naquele momento da história do país em geral e de seus pensadores, em particular.

No decorrer dos primeiros tempos de colonização, o “ensaio de feudalismo” com o regime das capitanias “não vingou”. Essa convicção relativiza bastante a importância da afirmação anterior sobre as características “feudais” do regime de capitanias. O caráter da colonização apresenta uma relação significativa com a maneira como se distribuiu a terra. Os forais donatários determinavam a distribuição em sesmarias, que não apresentavam “nenhuma relação de caráter feudal, vassalagem ou outra”¹⁷.

“A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este

caráter econômico fundamental do feudalismo europeu”¹⁸.

O amplo predomínio da grande propriedade rural na economia agrária, as dificuldades existentes para o desenvolvimento das pequenas propriedades, o mercado interno “limitadíssimo” e centros urbanos de “reduzidíssima importância” compõem o cenário colonial, a grosso modo, até meados do século XVII.

Cenário marcado por uma significativa polarização social: “de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres”. Polarização social que permite a compreensão do funcionamento da esfera própria do estatuto político colonial. Não obstante, Caio Prado afirma que “há naturalmente no seio desta massa gradações, que assinalamos”¹⁹.

Os grandes proprietários rurais monopolizam atributos considerados decorrentes de seu peso econômico e social, isto é, o prestígio e o domínio. Exercem o poder político através das câmaras. Elas constituem a administração municipal e votam apenas os *homens bons*. “Apresenta-se assim o estado colonial, até meados do século XVII como instrumento de classe desses proprietários”²⁰.

A partir da segunda metade do século XVII, o desenvolvimento econômico colonial vai de encontro com a decadência do Reino. O império colonial português procura a sua efetiva recuperação ampliando as restrições comerciais, impondo-se como intermediários nas relações comerciais da colônia com o mercado externo, e apertando cada vez mais o “círculo de ferro da opressão colonial”. Para Caio Prado, o auge desse círculo de ferro o corre quando começa a extração do “ouro e mais tarde se descobrem os diamantes”²¹.

Os interesses dos grandes proprietários rurais vão se distinguindo dos interesses dos grandes comerciantes portugueses. Dessa maneira, os primeiros deixam de exercer a condição de

¹⁵ Prado Junior, Caio, *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1980, (12ª ed.), 15.

¹⁶ Id., *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1981, 31.

¹⁷ Id., *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1980, (12ª ed.), 15-16.

¹⁸ Ibid., 18.

¹⁹ Ibid 28.

²⁰ Ibid 30.

²¹ Ibid, 30, 35.

“única classe abastada, e, portanto, de prestígio da colônia”²². Sofrem com as restrições comerciais sobre a sua produção e ainda vêem emergir um forte setor comercial beneficiado pelos privilégios do regime das companhias. Essa crescente “intromissão da metrópole na vida dos colonos” tem incidência não só nas relações econômica e sociais, mas também nas mudanças da esfera política.

“A nossa evolução política segue portanto passo a passo a transformação econômica que se opera a partir de meados do séc. XVII. Esta transformação, que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual da nossa autonomia local do primeiro século e meio de colonização. Desloca-se a autoridade das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para as da Coroa portuguesa. E é nesta que ela vai se consolidar. Despojam-se as câmaras sucessivamente, como vimos, de todas as suas prerrogativas, e a elas se substitui a onipotência dos governadores. No correr do séc. XVIII só existe uma autoridade: a da metrópole portuguesa”²³.

Ao abordar o que é designado por revolução da Independência, Caio Prado enfatiza a relevância da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Ele caracteriza os anos entre a vinda da Corte e da família real até a proclamação da Independência como um “período preparatório”, cujo momento que não pode ser contabilizado na “fase colonial”. O referido episódio tornou a colônia sede da monarquia e “constituiu praticamente a realização da nossa Independência”, permitindo compreender a nossa “singularidade” em relação ao processo político das independências e de formação dos estados nacionais nas demais colônias americanas²⁴.

“Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu ipso facto o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desapareceram, restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho.

São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana”²⁵.

Desde a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, e assinatura dos tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação com a Inglaterra, em 1810, uma série de iniciativas mudava a velha fisionomia colonial e procurava atender às condições necessárias para sediar o poder metropolitano. Esses temas foram sendo retomados e ganharam, inclusive, em profundidade nos estudos de, por exemplo, Maria Odila Leite da Silva Dias e Emília Viotti da Costa. A primeira procurou compreender o enraizamento dos interesses no processo de “interiorização da metrópole”. A segunda historiadora desenvolveu a explicação da revolução da Independência a partir das contradições internas do processo histórico e, de modo mais específico, apontou para as limitações da política desenvolvida por D. João VI²⁶.

Caio Prado caracteriza o processo de emancipação política como um “arranjo político”. A chamada revolução da Independência não contou com a participação e inserção popular nos rumos do processo político. A consolidação dos interesses das classes dominantes vai se realizar com a continuidade institucional e das estruturas econômicas e sociais na transição dos poderes metropolitanos para o novo governo local. Daí, afirma o autor, “a Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto”²⁷.

A Constituição de 1824, a primeira de nossa história e única do período imperial, celebra o governo monárquico, hereditário e representativo. Entretanto, a própria arbitrariedade da dissolução da Assembleia Constituinte e o fato de a Constituição ser outorgada, além de ignorar completamente a escravidão, demonstram contradições que foram se arrastando.

²⁵ Ibid. 413.

²⁶ Dias, Maria Odila Leite da Silva, “A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo, Alameda, 2005. Costa Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil.” in Mota, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987, 64-125.

²⁷ Prado Junior, Caio. Op. Cit., 48.

²² Ibid., 36.

²³ Ibid., 41.

²⁴ Ibid., 11, 42-44.

Em *Evolução Política do Brasil*, a abdicação de D. Pedro I, em virtude da crescente oposição sofrida por ele durante o primeiro reinado, e, depois, as revoltas que emergiram ainda no período regencial aparecem articuladas exatamente com o desenvolvimento do processo caracterizado como revolução da independência. Em relação às revoltas ocorridas no período regencial e no princípio do Segundo Reinado, alerta que até aquele momento, “de todos os fatos da nossa história, nenhum há tão pouco compreendido – o que naturalmente nada tira à sua primordial importância”²⁸.

O livro *Evolução Política do Brasil* é dividido em quatro capítulos: o primeiro é dedicado ao período colonial até a expulsão dos holandeses; o segundo segue até a chegada da família real; o terceiro capítulo, intitulado “A Revolução”, aborda o período da vinda da Corte portuguesa até o final do período regencial; o quarto capítulo, “O Império”, toma como ponto de partida a abolição do tráfico negreiro e vai até o colapso do regime monárquico no Brasil. Neste último capítulo, destaca-se a luta abolicionista e a “integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista”²⁹.

A partir desse livro, Caio Prado vai consolidar uma tradição intelectual que marcará profundamente a historiografia, o pensamento social e a própria vida política brasileira. Uma nova interpretação de Brasil vai se consolidar. Essa “nacionalização” do marxismo procura oferecer uma reflexão original do país, compreendendo o processo e as condições necessárias para a passagem da colônia à nação³⁰.

Em um ensaio intitulado “Caio Prado Jr na historiografia brasileira”, Fernando Novais explicita a importância dessa interpretação: “colônia e nação, economia colonial (primário-exportadora, voltada para fora) e economia nacional (voltada para o mercado interno), tais são as categorias fundamentais que atravessam toda a reflexão”. Ainda segundo Fernando Novais, essas reflexões permitem explicar as posições nacionalistas que marcaram a atuação de

Caio Prado Júnior mesmo no seio do movimento comunista, pois, “os trabalhos de investigação histórica lastreiam os ensaios de intervenção política, ao mesmo tempo que a visão a atuação política iluminam a investigação do passado”³¹.

Anos depois de publicado o seu primeiro livro, Caio Prado, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, volta a abordar “a evolução brasileira, de simples colônia tropical para nação, tão difícil e dolorosa, e cujo processo mesmo em nossos dias, ainda não se completou”³². Essa problemática foi, significativamente, decisiva em toda a sua trajetória política e intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

-Alexander, Jeffrey C. (1999), “A importância dos clássicos” in Giddens, Anthony e Turner, Jonathan (Org.), *Teoria social hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 23-89.

-Andrade, Carlos Drummond (1985), *Nova Reunião: 19 livros de poesia*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

-Candido, Antonio (1984), “A Revolução de 1930 e a cultura” in: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 4, Abril, 27-36.

-- (1983), “O significado de *Raízes do Brasil*.”, in Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, XI-XXII.

Carone, Edgar (1982), *O PCB (1922-1943)*. vols. 1 a 3. São Paulo, Difel.

-- (1986), *O Marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro, Dois Pontos.

-Carvalho, José Murilo de (1998), *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

-Costa, Emília Viotti da (1987), “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”, in Mota, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 64-125.

²⁸ ibid, 10.

²⁹ Ibid., 88.

³⁰ Cf. Ricupero, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2000.

³¹ Novais, Fernando. “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”, in Moraes, Reginaldo, Antunes, Ricardo e Ferrante, Vera B. *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986, 22.

³² Prado Junior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1981, 215-216.

- D'Incao, Maria Angela (org.) (1989), *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Brasiliense.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva (2005), *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda.
- Fausto, Boris, (2001) *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Freyre, Gilberto (1981), *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro / Brasília. José Olympio Editora.
- Holanda, Sérgio Buarque (1983), *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Ianni, Octávio (1992), *A Ideia de Brasil Moderno*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Konder, Leandro (1988), *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- Mayer, Fritz (pseud. de Octávio Brandão) (1926), *Agrarismo e industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. Buenos Aires, s.ed.
- Moraes, Reginaldo, Antunes, Ricardo & Ferrante, Vera B. (org.) (1986), *Inteligência brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- Morais, João Quartim de (1991), "A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro" in Daniel Aarão Reis Filho (et al.), *História do marxismo no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 47-87.
- Mota, Carlos Guilherme (1985), *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Editora Ática.
- Pandolfi, Dulce (1995), *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-De umará, Fundação Roberto Marinho.
- Pécaut, Daniel (1990), *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ed. Ática.
- Prado Jr., Caio (1980), *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense.
- (1981), *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense.
- (1983), *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Reis Filho, Daniel Aarão (Org.)(2000), *Intelectual, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- Rémond, René (Org.) (1996), *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- Ricupero, Bernardo (2000), *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- Sodré, Nelson Werneck (1984), *Contribuição à História do PCB*. São Paulo, Global.
- (1985), *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. São Paulo, Círculo do Livro S. A.